

ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 09-12-2024.

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cláudio Conceição, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Jessé Sangalli, José Freitas, Pedro Ruas, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Alvoní Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Bernardi, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Professor Vitorino, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Executivo nº 042/24 (Processo nº 0771/24), de autoria do Executivo Municipal; o Projeto de Lei do Legislativo nº 369/24 (Processo nº 0716/24), de autoria de Jonas Reis; o Projeto de Lei do Legislativo nº 371/24 (Processo nº 0719/24), de autoria de Mari Pimentel; o Projeto de Lei do Legislativo nº 375/24 (Processo nº 0729/24), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 381/24 (Processo nº 0740/24), de autoria de Aldo Borges; o Projeto de Lei do Legislativo nº 383/24 (Processo nº 0743/24), de autoria de Roth da Acessibilidade; e o Projeto de Resolução nº 080/24 (Processos nº 0746/24), de autoria de Marcelo Bernardi. Também, foi apregoado o Ofício nº 3369/24, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 041/24 (Processo nº 0753/24). Por solicitação de Pedro Ruas e Hamilton Sossmeier, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Wagner Khalil. Foram aprovadas as atas das 105ª, 106ª, 107ª, 108ª, 109ª, 110ª, 111ª, 112ª, 113ª, 114ª e 115ª Sessões Ordinárias e das 063ª, 064ª, 065ª, 066ª e 067ª Sessões Solenes, todas desta Quarta Sessão Legislativa Ordinária. Foi apregoado o Ofício nº 3370/24, firmado pelo Prefeito, por meio do qual comunica seu afastamento do Município das dezoito horas do dia dois às doze horas do dia seis de dezembro do corrente ano, a fim de participar de reuniões com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, e de participar no evento "Educação como Prioridade: 1º Encontro de Prefeitos e Prefeitas (Re)eleitos das Capitais Brasileiras e de Municípios com Mais de 500 Mil Habitantes", todos a serem realizados em Brasília – DF. Também, informa que o Vice-Prefeito, se encontra em gozo de férias nos dias cinco e seis de dezembro do corrente ano (SEI nº 118.00985/2024-22). Foi informado que Mauro Pinheiro, Presidente, exerceu o cargo de Prefeito, em substituição, do dia cinco até às doze horas do dia seis de dezembro do corrente ano, tendo José Freitas, 1º Vice-Presidente, assumido a Presidência da Câmara Municipal de Porto Alegre pelo mesmo período. Apregoado documento firmado por Cezar Augusto

Schirmer, por meio do qual informa sua Licença para Desempenhar o Cargo Público de Secretário Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos, a contar do dia seis de dezembro do corrente ano, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, Professor Vitorino, informando-lhe que integrará a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB. Na oportunidade, foi informado que o suplente Pablo Melo teve suspenso por cento e oitenta dias o exercício de função pública, a contar do dia treze de novembro do corrente ano, por determinação judicial. Também, foi apregoada declaração firmada por Fernanda Barth, Líder da Bancada do PL, informando o impedimento da suplente Camila Nunes em exercer a vereança, em substituição. Foi aprovado Requerimento de autoria de Biga Pereira solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia onze ao dia treze de dezembro do corrente ano. Foi apregoada declaração firmada por Biga Pereira, Líder da Bancada do PCdoB, informando o impedimento dos suplentes Coletivo Cuca Congo e Erick Dêníl em exercerem a vereança, em substituição, no período. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Fernanda Barth, Prof. Alex Fraga, Tiago Albrecht, Jonas Reis, Mônica Leal, Biga Pereira, Mari Pimentel e Comandante Nádia. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Prof. Alex Fraga, solicitando a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão. Claudio Janta formulou Requerimento verbal, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 124/16 (Processo nº 1333/16). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, passando-se imediatamente ao período de Pauta. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 019/24, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 318, 361, 364 e 365/24, e os Projetos de Resolução nºs 079 e 081/24. Às quinze horas e vinte e cinco, conforme acordo de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, José Freitas e Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Boa tarde.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente Freitas, eu e o Ver. Hamilton Sossmeier, e falamos também em nome do Ver. Alvoni Medina, solicitamos um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Wagner Khalil, numa tragédia ocorrida no dia de ontem. Um jovem, filho de um grande lutador conhecido por todos nós, Nelson Khalil, que é o presidente do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Estivemos hoje com ele nas cerimônias fúnebres, e este minuto de silêncio é o mínimo que se pode fazer numa situação como essa.

Vereador Hamilton Sossmeier (PODE) (Requerimento): Ao solicitar este minuto de silêncio, faço minhas as palavras do nosso decano, Ver. Pedro Ruas, e também em nome do Ver. Alvoni Medina. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 105^a à 115^a Sessões Ordinárias; da 63^a à 67^a Sessões Solenes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo Ofício nº 3370/24, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, Prefeito Municipal de Porto Alegre, por meio do qual comunica seu afastamento do Município das 18h do dia 2 até as 12h do dia 6 de dezembro de 2024, a fim de participar de reuniões com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, e de participar do evento "Educação como Prioridade: 1º Encontro de Prefeitos e Prefeitas (Re)eleitos das Capitais Brasileiras e de Municípios com mais de 500 mil habitantes", todos a serem realizados em Brasília-DF. Informa que o Sr. Ricardo Gomes, vice-prefeito Municipal, se encontra em gozo de férias nos dias 5 e 6 de dezembro de 2024. Sendo assim, o Ver. Mauro Pinheiro, Presidente, exerce o cargo de Prefeito Municipal de Porto Alegre, em substituição, do dia 5 até as 12h do dia 6 de dezembro de 2024; e o Ver. José Freitas, 1º Vice-Presidente, assume a Presidência da Câmara Municipal de Porto Alegre pelo mesmo período.

Apregoo documento firmado pelo Ver. Cezar Augusto Schirmer, por meio do qual informa sua Licença para Desempenhar o Cargo Público de Secretário Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos, a contar do dia 6 de dezembro de 2024.

Informo que o suplente Pablo Melo teve suspenso por 180 dias o exercício de função pública, a contar do dia 13 de novembro de 2024, por determinação judicial.

Apregoo declaração firmada pela Ver.^a Fernanda Barth, informando o impedimento da suplente Camila Nunes em exercer a vereança, em substituição.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): A Mesa declara empossado o suplente, Ver. Professor Vitorino, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): A Ver.^a Biga Pereira solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 11 a 13 de

dezembro de 2024. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo declaração firmada pela Ver.^a Biga Pereira, informando o impedimento dos suplentes Coletivo Cuca Congo e Erick Dênil em exercerem a vereança, em substituição, no período.

Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Passa. A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Passa.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente em exercício, Ver. José Freitas, vereadoras, vereadores e público que nos dá a honra da presença no dia de hoje, bem como os que nos acompanham pela TVCâmara, nós teremos, daqui a poucos minutos, uma votação. Eu respeito, obviamente, a vereadora proponente do projeto, como respeito todas e todos os representantes do povo de Porto Alegre ou das representações em geral, mas – repito, digo com o maior respeito – esse projeto é absolutamente inconstitucional, esse tipo de conteúdo ou procedimento de professoras e professores é assunto do MEC, e o tema, da maneira como está proposto, leva a enganos, leva a equívocos. Pelo menos, o que diz a ementa não é correspondente ao que pretende o projeto. Então, eu quero fazer esse registro, em nome do PSOL. É um registro, repito, respeitoso, mas ele é forte, Ver. Alex Fraga, ele é na linha que V. Exa. sempre defendeu, e até preferia que V. Exa. estivesse aqui naquele momento, agora, da liderança. Porém, eu lhe digo mais: nós vamos enfrentar esse tema da forma que o PSOL enfrenta. Nós vamos mostrar o que é aqui na tribuna, no voto, e procurar as instâncias onde, de alguma maneira, isso é possível, inclusive o Judiciário, se for necessário. Porque nós não podemos admitir que um projeto de caráter inconstitucional vá transformar Porto Alegre numa exceção negativa no Brasil.

Vereador Professor Alex Fraga (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigado. Sábias as palavras do Ver. Pedro Ruas, como

sempre, mas eu gostaria de estender a sua linha de raciocínio, depois, no tempo de liderança do nosso partido, o PSOL.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): É que eu falo nesse tempo, vereador, da oposição, com certeza, e concluo, Sr. Presidente, reiterando o que disse até agora, há respeito nosso, sim, e nós lutamos de frente, a nossa espada é limpa, nós não fazemos armadilhas, nós mostramos a que viemos, mostramos quem somos, e nós temos absoluta divergência com esse projeto e com esse tipo de projeto, com essa determinação que alguns setores da sociedade resolveram avocar sem ter esse direito. Por isso, fica aqui, desde logo, a manifestação do PSOL, e nós teremos, Ver. Alex Fraga, Ver.^a Karen Santos, Ver. Roberto Robaina, certamente, oportunidade de debater mais nos momentos a seguir, o que, para nós, repito, é fundamental, é um compromisso com a cidade e é um compromisso com a história. Muito obrigado.

Vereador Prof. Alex Fraga (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito, em meu nome e em nome da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação o requerimento de autoria dos vereadores Prof. Alex Fraga e Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Caros amigos que vieram aqui hoje, caros colegas, estamos chegando nos finalmentes, no fim do ano, e muitos debates, alguns deles que a gente gostaria de ter feito, não conseguimos fazer esse ano, vão ficar para o próximo ano, e eu agradeço mais uma vez por ter a chance de fazer isso através de um novo mandato. Eu venho aqui agradecer a todos os vereadores que tiveram a sensibilidade de conversar comigo nos últimos dias, nesse movimento que eu fiz para trazer esse projeto de volta à votação. Eu tive a sensibilidade necessária, a pedido do Ver. Cassiá Carpes e do Ver. Claudio Janta, de retirar esse projeto, do Escola sem Doutrinação, de votação, antes da eleição, a pedido deles, porque se sentiriam mais confortáveis para votar esse projeto depois do processo eleitoral, eu entendi e fiz o que foi solicitado. Hoje, o projeto volta à pauta de votação, é o primeiro projeto na priorização e é um projeto singelo, meus amigos. É um projeto que busca trazer de volta o bom senso dentro de algumas salas de aula, porque aquilo que eu vou denunciar aqui, e vou falar de novo no meu encaminhamento, não é alguma coisa que acontece em toda sala de aula. Não é algo que todo professor pratica, mas alguns professores praticam em algumas salas de aula e muitos deles não lembram mais que não está dentro da sua alçada de professor, nem na questão da liberdade de cátedra – que eu defendo, sou filha de professor universitário, sempre estive ao lado da educação e dos professores, fui presidente da CECE no primeiro

ano de mandato, sei do que estou falando, respeito muito a profissão de professor –, mas tem coisas que um professor não tem o direito nem a liberdade de fazer dentro de sala de aula. E aqui a gente vem, através de um singelo cartaz, lembrar aos pais dos alunos a questão de que eles têm os seus direitos inclusive de estar dentro da sala de aula, de estar na escola. Aqui eu faço um apelo para que os professores entendam isso, e que os pais voltem a frequentar essas instituições, porque muitos pais simplesmente jogam os filhos na escola, largam as crianças lá de manhã, pegam no final do dia, não conversam sobre o que aconteceu na escola, não olham os cadernos e os livros escolares dos seus filhos, e nós precisamos que isso mude. Nós queremos, sim, pais e mães mais engajados, mais presentes e que saibam o que está acontecendo dentro da sala de aula, porque isso faz parte do processo educacional de qualidade que nós queremos trabalhar para elevar o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica –, para que a gente tenha um melhor resultado na educação do Município. Enfim, o que nós queremos é respeito às famílias, às crianças e aos bons professores que não doutrinam. E a gente precisa ter de volta o bom senso dentro da sala de aula; e, se esse projeto passar hoje, ele é o primeiro passo na direção de uma retomada da escola que se preocupa com redação, português, matemática, ciências, bons valores, que é obedecer às leis, entender um pouco do que acontece no País, mas sem a posição político-partidária ideológica do professor. Não interessa se ele é de centro, de direita ou de esquerda, nós não queremos nenhum professor com a camiseta do Che Guevara, nenhum professor com a camiseta do Bolsonaro em sala de aula. Isso é bom senso. Então, peço que os colegas que ainda estão em dúvida sobre o projeto se unam a nós, porque, com certeza, esse projeto será um chamariz para o bom senso e o primeiro passo para a gente retomar uma escola de qualidade. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara e nas galerias. Eu agradeço também aos meus colegas, vereadores e vereadoras, os componentes do bloco de oposição, por poder fazer o uso da palavra nesse momento, em especial ao nosso líder, Ver. Roberto Robaina. Eu gostaria de falar um pouquinho, iniciar falando sobre o tempo. Ver. ^a Karen, tempo é um recurso escasso, que infelizmente vai passando, e a nossa vida se esvaindo por entre os dedos. Portanto, podemos escolher o que fazer com o nosso tempo, esse precioso recurso que cada vez está mais escasso.

Esta Casa Legislativa, em tese, deveria se ater a debates pertinentes à cidade e que são relevantes para a população, que colocou cada um dos 36 vereadores e vereadoras para zelar pelo município de Porto Alegre. Tempo, Ver. Pedro Ruas, por que perder tempo com um projeto que já foi declarado inconstitucional em três ADIs pelo Supremo Tribunal? Ele é ilegal, ele não respeita a liberdade de cátedra. Este projeto não respeita a pluralidade de ideias dentro das salas de aula e aqui não está falando único e exclusivamente um vereador do Partido Socialismo e Liberdade, integrante da bancada

de oposição. Eu trago aqui uma fala de um ex-colega nosso que atualmente é deputado estadual, concorreu à Prefeitura, mas não se elegeu, o ex-vereador e atual deputado Felipe Camozzato, que nesta tribuna disse: “Eu não acredito em doutrinação dentro das escolas”. E aí algumas pessoas olharam para o Felipe Camozzato com uma certa surpresa, e ele alegou: “O Ver. Prof. Alex Fraga foi meu professor na escola, e eu pertencço ao Partido Novo, ele ao PSOL.” Isso não existe, isso é um factóide criado por pessoas com uma mente diferente do que se considera a normalidade do raciocínio lógico de um ser humano, como a Ver.^a Fernanda Barth, que traz alguns argumentos que são completamente fantasiosos. Doutrinação em sala de aula. O que a vereadora quer é que nós, professores e professoras, sejamos calados, sejamos censurados, que nos calemos frente ao grave problema que afeta a sociedade hoje, que é a desigualdade. A desigualdade social massacra o povo brasileiro, massacra o povo do município de Porto Alegre, mas falar sobre desigualdade dói para algumas pessoas que querem manter esse sistema desigual e pessoas à margem da humanidade.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Que esquerda o quê? Falamos sobre ideias, falamos sobre concepções, falamos sobre história. O que muitas pessoas defensoras do chamado Escola sem Partido querem é o revisionismo histórico para dizer que, na época da ditadura, não houve perseguição política, que não houve cerceamento da liberdade de expressão. Superamos isso e não retornaremos, não retornaremos, não ficaremos calados!

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Vocês não vão nos calar! Voltem para o esgoto de onde não deveriam ter saído, voltem para o esgoto. Não há lugar, no estado democrático de direito, para manifestação que gera um movimento político para tentar derrubar um governo democraticamente eleito. É isso que vocês querem e vocês não terão. Cadeia para golpistas, cadeia para negacionistas, cadeia para aqueles que atacam a ciência, que atacam a história e que querem reescrever de forma vergonhosa a história deste País. Não passarão. Boa tarde. (Vaias.)

Vereadora Fernanda Barth (PL): Uma questão de ordem, Presidente. As pessoas que estão aqui em defesa do projeto vieram respeitosamente. Acho que não cabe virem aqui para serem ofendidas e mandadas de volta para o esgoto pelo Ver. Alex Fraga. Acho isso uma total falta de educação.

(Manifestações nas galerias.)

Vereadora Fernanda Barth (PL): E a gente está vendo um professor, um professor que usa essas palavras, que vem falar dessa forma. Fica muito claro que a gente precisa, sim, de escola sem doutrinação.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente, saúdo V. Exa., os colegas, as assistências dos gabinetes, os pagadores de impostos nas galerias e também o pagador de impostos que nos assiste em casa. Outro dia, o Ver. Pedro Ruas foi ao microfone pedir que eu retirasse a palavra pelego, ou foi aqui desta tribuna, não me lembro, e fez todo um auê. Hoje o colega dele xinga o pagador de impostos de “esgoto” e está lá o Pedro Ruas com cara taciturna – não é, vereador? O senhor deveria ir ali pedir que o seu colega retirasse essa ofensa, porque, quando eu chamo de pelego é feio, agora, quando alguém da esquerda vai e ofende de esgoto quem paga o salário dele, aí o vereador do PSOL parece que faz ouvidos moucos, mas tudo bem, respeito V. Exa., é a democracia, respeito.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Não, tudo bem, mas o senhor foi ao microfone, por isso, agora eu estou também fazendo esse reparo histórico. Mas o que entregou aqui o vereador do PSOL é o que a esquerda entrega no dia a dia, e é justamente por isso, Ver.^a Fernanda, que o seu projeto, junto com o Nagelstein, é extremamente importante, muito importante. O que nós queremos é que os partidos não estejam dentro da sala de aula. Aliás, eu denunciei, no Pardal – e a juíza achou inconclusivo –, material de campanha de vereadora da esquerda dentro da sala de aula, era o santinho lá dentro, e uma professora me mandou as fotos, eu vi, ninguém me contou, Presidente José. Havia santinhos e adesivos de uma candidata esquerdista dentro da sala de aula! Quem nega esse fato é negacionista! São negacionistas da educação. Há pouco, saiu uma pesquisa que a geração Paulo Freire é uma das piores do mundo em desempenho em matemática, porque, ao invés de dar aula de matemática, tem professor falando mal do capitalismo; ao invés de dar aula de português, tem professor negacionista defendendo o Hamas, queimando bandeira de Israel, disseminando ódio em sala de aula. Enquanto isso, na escola particular é dado conteúdo, as crianças estudam, as crianças avançam e a escola pública fica para trás. Por quê? Porque levaram partidos políticos para dentro da sala de aula. Eu me lembro, em 2018, de um professor, no Distrito Federal, que fez um churrasco comemorando a vitória de Bolsonaro – está errado! Está errado comemorar a vitória de Bolsonaro na sala de aula. Está errado comemorar a vitória de Lula na sala de aula. O que nós queremos é uma escola sem partido, não sem política. É mentira que isso é uma mordada. É mentira! O professor vai poder continuar manifestando a sua opinião, o que ele não vai poder é doutrinar, porque os professores doutrina para conseguir voto,

no começo de outubro. Tem muita gente na política – da esquerda – que depende da escola para ser eleito, aliás depende da doutrinação da escola, depende que os professores façam política partidária, que defendam o famigerado Paulo Freire, o que é um deboche ter Paulo Freire como patrono da educação, um cara que até copiou a sua pedagogia de um missionário estrangeiro, até isso a esquerda copia! Por isso escola sem partido é fundamental, é peremptório, é necessário para a nossa escola. Deixem as crianças em paz. Falar de política, falar de política do termo grego *politikós*, cuidar da polis, beleza. Isso é feito todos os dias, todos nós somos seres políticos. Agora, há farto material comprobatório, nessas eleições, como falei, eu produzi provas e mandei, uma pena que a juíza de plantão fez ouvidos moucos, mas, sim, há escolas, universidades que fazem política partidária e precisam parar. Deixem as nossas crianças em paz. Toda vez que a esquerda atacar as nossas crianças, viremos a esta tribuna defendê-las. “Não” ao partido na sala de aula e viva a democracia! Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, venho aqui em nome do Partido dos Trabalhadores, das trabalhadoras, dizer que nós somos a favor da liberdade de cátedra. É ensinar o que está previsto de avanços da ciência, da cultura, da tecnologia, que a extrema direita não quer. A extrema direita historicamente sempre lutou contra a educação livre, a educação pública. Essa extrema direita tacanha, e agora estão indo todos para a cadeia, estão indiciados, agora eles não conseguem mais se defender porque os líderes deles estão na jaula e tem mais gente para ir para a cadeia. É isso mesmo. Estou ouvindo aí um barulhinho, é a buzina da tristeza; logo, logo vão entupir as cadeias do Brasil de bolsonarismo. Então, eles choram. Chorem mais, chorem mais, bolsonaristas, porque, enquanto vocês choram, nós nadamos nesse mar de lágrimas de vocês; dessa gente que queria atentar contra a democracia. Vejam bem, eles entraram aqui na Casa, eles estão aí sentados, vejam como é bonita a democracia, poder se manifestar e até falar em bobagens, como estão falando, bobagens, não sabem. Mas eu vou providenciar para vocês, junto com os parlamentares de vocês, matrículas para voltar à escola pública, para ter o direito a aprender de verdade, conhecer a história da humanidade, conhecer a luta que fizemos contra a ditadura militar. Eles estavam lá no Congresso, fazendo baderna, muitos. É, eles gostam de baderna, mas baderna não vai para dentro da escola, não; dentro da escola, quem vai educar são os professores, as professoras. Se quiserem interferir na educação, que façam um curso de graduação, que façam um vestibular. Nós podemos até fazer um programa de vestibular para vocês terem direito a se inscrever e estudar na UFRGS, renomada, fazer um curso de licenciatura – aí, serão bem-vindos. Mas tem que fazer concurso público, não é indicação de partido político, não, não é só balançar a bandeira do Sebastião Mello e ganhar uma torneirinha pública lá na Prefeitura, não, vai ter que estudar, como os professores aqui estudaram e viraram servidores públicos. Não tem mamata, não tem

mamata como tem no extremo do Brasil, dessa cultura de ódio do bolsonarismo. Nós estamos aqui para defender a escola laica, sem mordação, sem correntes, uma escola para todas, para todos.

Ontem mesmo, eu quero dizer a vocês, teve a 27ª Parada Livre na Redenção – parabéns àqueles que estavam ali ontem lutando por liberdade. É, é duro viver um tempo histórico em que as pessoas todas podem falar a sua palavra. Eu bato palmas, eu sempre lutarei para que todos na democracia sejam ouvidos, sejam de direita, sejam de esquerda, sejam de centro, todos têm que ter direito a falar. Agora, mordação, não; mordação nos professores, nas professoras, nós não aceitaremos. O projetinho fajuto, que estava aí na gaveta, que desenterraram porque não conseguem explicar R\$ 140 milhões de corrupção na Secretaria Municipal; não conseguem explicar o filho do prefeito afastado do cargo de vereador; não conseguem explicar o empresário que vendeu milhões para a Prefeitura e estava foragido; não conseguem explicar a secretária de Educação do governo Melo, que foi para a cadeia; não conseguem explicar a falta de 300 professores hoje na rede municipal, porque não fazem concurso público, não nomeiam; não conseguem explicar as 12 mil crianças sem vaga em escola. Esses bolsonaristas mentiram, fizeram estelionato eleitoral, prometeram mais escolas em 2020 e não entregaram. Agora eles estão aí.

Para concluir, meu Presidente, gritam: “Escola sem partido!”. É verdade, escola sem partido do ódio. Nós queremos o partido do amor na escola, e é por isso que lutamos. Liberdade de cátedra, sempre.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Sr. Presidente, eu tenho uma dúvida regimental em relação a esse projeto. Uma dúvida, Luiz Afonso: um projeto protocolado por um vereador que, hoje, é inelegível e foi condenado por racismo pode tramitar aqui na Casa? Pode seguir tramitando, se o vereador em questão foi condenado por racismo?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Na verdade, sim. Por quê? Porque as condenações dele não envolveram o exercício do mandato, não perdeu o mandato. E, mesmo que houvesse perdido, o desarquivamento de proposições em legislatura subsequente possui só uma vedação: para projetos de lei de autoria privativa do prefeito. Os outros todos podem ser desarquivados.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Os outros podem tramitar mesmo o vereador em questão sendo condenado?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sem problemas.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, pessoas que nos honram com suas presenças. Eu penso que se faz necessário aqui explicar o objetivo desse projeto, porque eu ouvi tanta gritaria desta tribuna. Como os senhores e as senhoras me conhecem, eu me considero uma pessoa muito equilibrada, e estudo tudo aquilo que voto, independente de proponentes de projetos. Aquilo que vai atender às necessidades do povo me faz aprovar. Eu vou ler o projeto para os senhores (Lê.): “Estabelece orientações quanto ao comportamento de funcionários, responsáveis e corpo docente de estabelecimentos de ensino públicos ou privados no Município de Porto Alegre, no ensino relacionado a questões sociopolíticas, preconizando a abstenção da emissão de opiniões de cunho pessoal que possam induzir ou angariar simpatia à determinada corrente político-partidária-ideológica.” Por si só, o projeto já diz tudo, imparcialidade política e ideológica na condução do ensino e na prática do magistério. Ora, o projeto de lei sem partido é uma iniciativa que tem um único objetivo, que visa proteger a educação brasileira da instrumentalização ideológica. Seu objetivo é assegurar um ambiente escolar neutro, no qual os professores desempenhem o papel de facilitadores do aprendizado, sem impor aos estudantes suas crenças pessoais, sejam políticas, religiosas ou fisiológicas. É tão simples. Eu, como jornalista, acredito que tenho o dom da interpretação. Sentei, li o projeto em um minuto e coloquei no papel aquilo que interpretei. Em um País democrático, como o Brasil, é fundamental que as escolas respeitem a pluralidade, permitindo que os alunos desenvolvam suas próprias opiniões com base em conhecimento amplo e crítico. Infelizmente, prezado Prof. Alex e outros que aqui utilizaram a tribuna, infelizmente, em alguns casos, temos visto o uso da sala de aula como plataforma para a doutrinação ideológica, o que fere o direito das famílias de educar os seus filhos conforme os valores e convicções. Isso é fato. Eu tenho filhos, tenho netos, quero que eles sejam educados conforme os meus valores, conforme os meus princípios. O Escola sem Partido defende que o professor seja imparcial e objetivo, priorizando o conteúdo acadêmico, em vez de opiniões particulares. É tão simples. Esse princípio não é uma afronta a liberdade de expressão, mas uma medida para preservar o papel essencial da educação, que é formar cidadãos informados e conscientes, livres para pensarem por si mesmos. Além disso, o projeto garante maior transparência e responsabilidade na relação entre professores, alunos e pais, reforçando o papel da família como parceira fundamental na formação educacional. Portanto, apoiar o Escola sem Partido é zelar por uma educação baseada no respeito à diversidade de pensamento e no compromisso com o desenvolvimento intelectual e moral das novas gerações. Apenas isso. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Boa tarde, colegas vereadores e vereadoras, público que hoje está conosco nas galerias e que nos assistem pela

TVCâmara e redes sociais. Estamos fazendo um debate, primeiro, completamente desnecessário, na medida em que ele fere a nossa Constituição, portanto, inconstitucional, porque não é competência do Município legislar sobre tal matéria. Ele extrapola. É sinal que, de verdade, vocês estudaram numa escola que não lhes ensinou que, quando uma pessoa fala, os outros devem ouvir. Mas essa escola, ela certamente disse a vocês que nós não podemos violar a Constituição, e esse projeto viola a Constituição. Mas, para quem está acostumado a participar de inauguração em pleno processo eleitoral e desconhece o processo legal, está tudo certo. Está tudo certo, não é? Vamos lá, vamos ferir a legislação, não é, Atena? É sobre isso, gente. Eu sou formada em pedagogia, com especialização em psicopedagogia, e eu quero dizer, Mônica, que talvez vocês defendam aquela cartilha “Olavo viu a uva”. Olha só, essa é do tempo de vocês, não é? E vem me falar em neutralidade, quando uma pessoa que está aqui assistindo, ouve um vereador que bate no peito dizendo “Escola sem Partido”, mas ele está vestido com a camiseta daquele que foi Presidente da República e está prestes a ser preso, preso, porque tentou matar – só isso, tentou matar! –, porque violou a nossa Constituição, porque ameaçou um golpe à democracia, como é um golpe um projeto dessa natureza. Qual é o medo, e eu pergunto, Ver. Tiago, Ver.^a Fernanda, qual é o medo de debater democraticamente o conhecimento sobre o País, sobre a realidade do País? Eu fico me perguntando e vocês sabem que eu sou uma militante feminista. Eu fico me perguntado se as crianças tivessem uma educação sem mordça certamente nós teríamos menos gravidez na adolescência. Nós seríamos uma sociedade com menos doenças sexualmente transmissíveis, nós teríamos uma escola em que se soubessem a nossa origem, que soubesse a origem da escravidão de um País que viveu sob o tacanho da escravidão por mais de 300 anos. Certamente nós teríamos, nessa escola, professores educando sobre a questão climática, sobre resíduo sólidos, essa é a vida. Agora, quem vê, quem defende o conteudismo simplesmente não quer formar cidadãos, quer formar pessoas que saibam ler e escrever, ponto. A vida trata de nos ensinar e de nos dizer que a chamada escola sem partido é escola do pensamento único, é a escola que quer ver os professores cerceados, quer ver os professores com medo, é isso o que querem. E aqui tem uma contradição que chega a ser hilária, os mesmos que vem aqui defender a escola com mordça são os mesmos que defendem a escola cívico-militar. Olha só, é interessante, não é? Que contradição, que contradição! Eu não sei se vocês que estão aqui tentando atrapalhar a minha fala, talvez, se vocês fossem para o Aurélio, veriam o que significa doutrinação, porque é exatamente o que a chamada Escola sem Partido chama, é uma educação que é para transmitir conhecimento. E quem luta por democracia e liberdade sabe que não se transmite conhecimento, se constrói conhecimento, e se constrói conhecimento a partir das crianças, que não são tábulas rasas, que chegam na escola já com o seu conhecimento e com a sua história. Portanto, vamos pensar na nossa cidade. Vamos pensar... Cansou? Cansou, vereador, de ouvir verdades? O combate a tendências autoritárias é o que nos faz subir a esta tribuna e dizer: que gente mal educada!

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Presidente, um esclarecimento, eu acho que à DL ou à vereadora: nós estamos votando o projeto original que fala em escolas públicas e privadas. O projeto que atinge toda a educação da cidade de Porto Alegre, seja ela pública ou privada. Só que as emendas nºs 01 a 06 deixam essa responsabilidade somente para o Município, retirando das escolas privadas de Porto Alegre. Hoje nós sabemos que uma parcela significativa das crianças, dos pais, estão procurando uma escola, seja ela de ensino fundamental, ensino médio, escolas particulares, e pelas emendas são tiradas escolas particulares, dando essa obrigação somente com as escolas públicas. Eu acho que isso é um erro das emendas a respeito do projeto.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Vou consultar a diretoria aqui.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vereador, é o seguinte, as emendas serão colocadas no projeto exatamente como elas vieram. Nós não temos como alterar para fazer uma eventual simetria. (Pausa.) Retirar, pode. As emendas aprovadas são integradas ao texto do projeto, exatamente como foram escritas. Se as emendas só dizem “pública”, vai só pública. Nós não podemos é atuar na redação para tentar uma possível harmonia de texto e coisa e tal. Nós temos impedimento, não podemos fazer.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Boa tarde, colegas vereadores, público que nos acompanha, Presidente José Freitas. Primeiro, gostaria de reforçar que a minha fala agora não é de maneira unânime no meu partido, e como não deve ser em muitos locais, como a gente vê as galerias com bastante ânimo diante da pauta; mas eu acho que vai ser uma fala verdadeira. Em quatro anos de mandato, eu de repente fiquei conhecida como a vereadora da educação, e eu votei um único projeto que eu me arrependo até hoje de ter votado, sobre a educação, porque não é competência de nós, vereadores, votarmos projetos que limitam a educação, seja de Porto Alegre, seja de qualquer município, e durante quatro anos eu não aprovei nada aqui que limitasse a educação. Tivemos um projeto ótimo da Ver.^a Mônica Leal da educação digital, mas ele não foi para frente. Temos projetos sobre educação financeira que não vão para frente, e o único projeto que eu votei aqui sobre educação foi o *homeschooling*, pela mesma pressão que está acontecendo no dia de hoje, e esse projeto foi derrubado pela justiça. Então eu venho aqui para ser verdadeira com vocês, porque nós estamos sendo pagos aqui com milhões de reais da bolsa de vocês para estarmos falando e para fazer esse teatro aqui, mas vocês são pessoas de verdade, vocês estão dedicando o tempo de vocês para estar defendendo, para estar contra ou a favor de algo que não é verdadeiro, que não vai

se sustentar, que não vai mudar a educação. E aqui eu reforço: eu tive a oportunidade de fiscalizar as escolas, e eu peguei uma situação que me tirou o sono e eu denunciei ao Ministério Público; eu fui até a promotora de Justiça, levei o documento assinado com todas as provas, e até hoje esse documento está tramitando. Convidei as vereadoras do PL, as proponentes, para irem comigo denunciar a situação que eu achei, de doutrinação na escola. Pasmem, quem é a favor de Escola sem Partido: nenhuma das vereadoras foi comigo. É triste, mas quando a maré baixa a gente vê quem é que está nadando pelado, e é sobre isso que eu venho falar hoje. Tem gente que propõe projeto de lei aqui, mas na hora de ir ao Ministério Público defender vocês, os seus filhos, eles não vão. É muito mais fácil manipular narrativas aqui nesta tribuna do que ir lá ao Ministério Público denunciar de verdade, fiscalizar e investigar.

Agora, eu termino a minha fala reforçando a importância de vocês, pais, participarem da educação, porque em um dos itens que nós verificamos de irregularidade na SMED tinha livros com problemas de gramática, de matemática, e por isso que esse movimento, se alguma coisa boa deve trazer, é a participação dos pais na educação, sejam os pais que são da direita, sejam os pais que são da esquerda. Mas o que a gente vê hoje é que os políticos tomaram conta da educação, e os pais se ausentaram de participar da educação dos seus filhos. Fiquem próximos dos seus filhos, saiam dos vídeos e Instagram e de WhatsApp, porque é isso, vocês estão perdendo a infância dos seus filhos e estão ganhando tempo com os políticos que ganham milhões de reais para enganar vocês. Obrigada.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Eu só quero repudiar a fala da vereadora que diz que é um teatro. Se ela perdeu a eleição e está magoada, é uma coisa; agora, dizer que os vereadores estão fazendo teatro e dizer que os políticos... Ela é política há quatro anos. Então quero deixar para os autos o meu repúdio a esse tipo de pantomima para fora. Ela é política também. Se ela está brava que perdeu a eleição, acho que ela pode manifestar de outra maneira.

Vereadora Mari Pimentel (REPUBLICANOS): Ver. Tiago Albrecht, você sabe que, pela análise técnica e jurídica, esse item vai ser derrubado pela Justiça. A orientação do Novo sempre foi votar contra projetos inconstitucionais, mas agora a ideologia ficou acima do certo ou errado.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Preciso só registrar o repúdio da bancada do PCdoB à manifestação não só desrespeitosa com a Ver.^a Mari Pimentel, mas com os demais colegas vereadores e vereadoras desta Casa que concorreram e, eventualmente, não tiveram êxito na eleição. Nós precisamos ter respeito com os nossos colegas neste espaço.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Feitos os registros.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente Freitas, colegas vereadores, vereadoras, em especial pais e mães que hoje estão aqui preocupados com a educação dos seus filhos. Parabéns a vocês que deixaram seus afazeres, que deixaram suas casas, seus trabalhos para virem efetivamente aqui falar daquilo que os pais e as mães desejam, uma educação de qualidade. Falando isso, quero dizer que o lado de cá eu vi pequeno hoje, acho que o pessoal nem acredita mais na esquerda, por isso que estão deixando de vir. Estão deixando, porque é algo que já acabou. Acho que o pessoal do PT, PSOL, PCdoB deveria agitar mais a sua militância, que está já desagradada dos rumos que a esquerda tem tomado nos últimos anos e não tem agradado ninguém. Aliás, agradam, sim, o seu umbigo. Não me admiro aqui virem vereadores falar mal desse projeto, exatamente vereadores que defendem esse ex-condenado, que não aceitam a verdade, que não são legalistas, que não aceitam efetivamente uma escola que gere cidadãos, gerações para frente que sejam críticas. Aliás, tem um vídeo que eu pedi para a minha assessoria pegar e passar aqui do ex-condenado Lula que falava que quando o cidadão apresenta 1% de educação, 1% de melhoria econômica, ele deixa de votar no PT. Por que será? Porque, efetivamente, as pessoas começam a ver a maquiagem, as narrativas tortas, os valores invertidos desses que se dizem dos trabalhadores, dos vulneráveis, das pessoas mais pobres. Na verdade, o pai dos pobres gosta da pobreza cada vez mais.

A mistura dos assuntos trazidos aqui a esta tribuna é colocar jabuti, efetivamente, na sala, é misturar alho com bugalhos para que os vereadores que têm que votar, para que as pessoas que estão nos escutando acabem ficando um pouco contraditas, não entendendo bem o projeto. Mas o projeto fala única e exclusivamente sobre não ter doutrinação político-partidária em sala de aula. Ninguém falou aqui que as crianças, os estudantes podem e devem falar sobre racismo, sobre violência doméstica, sobre tantas outras pautas que não se encaixam nesse projeto. Aliás, o projeto é simples: não pode falar sobre PT, também não pode falar sobre PL. Basta! Não pode o professor em sala de aula entrar com a camiseta do Lula, “faz o L”, mas também não pode entrar com a camiseta do Bolsonaro. Nós defendemos a pluralidade, e a partir do momento que nós defendemos a pluralidade, nós estamos dizendo que o professor, que tem, sim, a liberdade de cátedra, que ele não pode impor as suas ideias aos alunos. Debatia, na semana passada, no Cruzando Conversas, com uma vereadora do PSOL que fez uma bagunça entre as informações e não conseguia entender que a escola sem doutrinação diz que o professor que está à frente dos alunos deve ser o mais isento possível. Ora, vamos fazer um acordo aqui com o pessoal da esquerda: se não existe doutrinação político-partidária dentro das salas de aula das escolas municipais, vamos todos assinar esse projeto, porque é um projeto do óbvio: é óbvio que não tem doutrinação político-partidária dentro da escola, então todos nós podemos assinar tranquilamente porque estaremos chovendo no molhado. Acontece que essa turma do “faz o L” sabe que existem, sim, professores – não todos, alguns professores – que gostam de impor as suas ideias. Existem professores que deixam

de ensinar português, matemática e geografia para ensinar que os alunos, os estudantes devem votar no PT, no PSOL, no PCdoB. Continuemos discutindo o bom debate sempre. Escola sem doutrinação político-partidária.

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Muito obrigado, Ver. José Freitas.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que a Emenda nº 01 ao PLL nº 124/16 seja votada em destaque.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Defiro o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLL nº 124/16.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que passemos, imediatamente, ao período de Pauta, a fim de correremos duas pautas com os projetos que têm que ser votados para a semana que vem. Então, que a gente possa abrir e fechar para correr as duas pautas; depois, voltamos para a Ordem do Dia. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR (05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0751/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 019/24, que altera o *caput* do art. 17-B, o § 2º do art. 71; inclui os §§ 6º e 7º no art. 55, o item 8 na al. *c* do inc. III do art. 56, todos da Lei Complementar nº 7, de 1973, para especificar o requerimento à Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), adequar às alterações da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), promovidas pela Lei Complementar nº 208, de 2 de julho de 2024 e prorrogar a isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para o serviço público de transporte coletivo por ônibus e seletivo por lotação até 31 de dezembro de 2026. **(SEI 118.00981/2024-44)**

PROC. Nº 0627/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 318/24, de autoria da Verª Cláudia Araújo, que estabelece que os clubes sociais no Município de Porto Alegre poderão utilizar a água de poços artesianos apenas para abastecimento de piscinas, irrigação de áreas verdes e de jardins e limpeza de pisos, de duchas e de vasos sanitários, sendo vedada a sua utilização para o consumo humano e institui cobrança de taxa única anual para a utilização dos poços. (SEI 161.00096/2024-11)

PROC. Nº 0707/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 361/24, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui al. *c* no inc. IV do *caput* e inc. IV no § 1º e altera o § 3º, todos no art. 38-A da Lei nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008, que consolida, no Município de Porto Alegre, a legislação que dispõe sobre o comércio ambulante e a prestação de serviços ambulantes nas vias e nos logradouros públicos e dá outras providências, incluindo parques e praças no rol de locais nos quais poderá ser autorizado o comércio ambulante de refeições e bebidas na modalidade Gastronomia Itinerante, desde que respeitadas as exigências que especifica, e permitindo o estacionamento de até 6 (seis) veículos automotores ou trailers no mesmo raio de 100m (cem metros); e revoga o inc. II do § 5º do art. 38-A da Lei nº 10.605, de 2008. (SEI 034.00361/2024-16)

PROC. Nº 0710/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 364/24, de autoria do Ver. José Freitas, que institui o programa POA Vigilante, destinado à instalação de câmeras de vigilância em terminais e conjuntos de pontos de ônibus com grande circulação de pessoas. (SEI 034.00382/2024-23)

PROC. Nº 0711/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 365/24, de autoria do Ver. José Freitas, que institui o Programa Parceria Pé no Barro, a ser firmado entre o Executivo Municipal e as comunidades de baixa renda do Município de Porto Alegre para execução de serviços e obras de interesse da coletividade. (SEI 034.00401/2024-11)

PROC. Nº 0728/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 079/24, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à empresa Marcopolo S.A. (SEI 197.00094/2024-05)

PROC. Nº 0747/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 081/24, de autoria da Mesa Diretora, que altera o inc. V do art. 31, a al. *o* do § 1º e a al. *r* do § 3º, ambas no art. 94, e o parágrafo único do art. 117; inclui §§ 3º e 4º no art. 69 e art. 179-A; e revoga o art. 179, todos na Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, alterando o número de integrantes da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, determinando a eleição do Vice-Presidente e do Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, estabelecendo a ordem de votação e dando outras providências. (SEI 014.00027/2024-74)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta e a presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h25min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *